

ESTUDOS E PESQUISAS

A ESCOLA NO REGIME AUTORITÁRIO: O CASO MINEIRO¹

Ana Maria Casasanta PEIXOTO²



FGV-CPDOC, Arquivo Gustavo Caporale

¹ Comunicação apresentada no simpósio sobre *O Estado Novo em Minas Gerais*, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Trata-se de um estudo preliminar a respeito de dados levantados sobre a política educacional do Estado de Minas Gerais, no período de 1930 a 1945, pesquisa que vem sendo desenvolvida como pré-requisito para a obtenção do título de doutor em Filosofia da Educação.

² Professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação – UFMG

Embora o governo mineiro não tenha descuidado-se da questão escolar durante a República Velha, na década de 20 esse problema se torna uma de suas principais preocupações. Isso se deve à crise de legitimidade que atinge o sistema de dominação vigente, abalado pelas modificações introduzidas no País com o avanço da indústria, e pela insatisfação de alguns setores da própria elite, frente à política de proteção do café defendida pelos cafeicultores paulistas e mineiros. A crise dos anos 20 está presente em Minas. O Estado se defronta, neste momento, com problemas de ordem econômica e social. Do ponto de vista econômico, a debilidade do Estado, que o torna um eterno dependente dos benefícios da União, vai determinar uma insatisfação no que diz respeito aos benefícios concedidos aos cafeicultores. No campo social, grupos oriundos dos setores médios e populares, embora de maneira menos intensa que em São Paulo,³ atuam no sentido de forçar um processo de mudança no Estado. Esta crise é encarada, pelo setor modernizante das oligarquias mineiras (na qual se situam Antônio Carlos, Francisco Campos e outros) como sendo de natureza ética, resultante da incapacidade das elites no poder para abrir "brechas" em seu sistema de dominação aos setores emergentes na vida do País e do estado.

Na solução dessa crise, a escola adquire caráter estratégico, pois seria a instituição ideal para proporcionar, a esses setores, a socialização necessária para integrar-se à sociedade, sem ameaçar a ordem vigente. Dentro deste espírito, o Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1926-1930) realiza em Minas Gerais ampla reforma no setor educacional. Tal reforma, que passou à História como Reforma Francisco Campos,⁴ numa homenagem ao seu autor (o secretário dos Negócios do Interior Francisco Luiz da Silva Campos), faz parte de um programa de regeneração, representação e justiça. Nele se incluem medidas como o voto secreto, a justiça eleitoral, o voto feminino e a oferta de escolas. Seu objetivo é superar a crise política por que passam o País e o estado. Através dele Antônio Carlos procura recuperar, para as oligarquias rurais, a hegemonia na condução do processo político do País, uma vez que — embora aquele grupo ainda o controlasse através do voto — naquele momento ele já não detinha, de maneira tranquila, a supremacia política.

A inclusão da educação no programa de governo de Antônio Carlos se explica por uma série de razões. Entre elas destacam-se as condições sócio-econômicas do País. Nesse novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados à necessidade de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema de educação comum, capaz de atender as exigências relativas à formação de uma força de trabalho e de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes. Nesse momento, já não se mostram eficientes os processos até então utilizados pela classe dominante para esse fim, e que consistiam, entre outras medidas, em excluir o povo, quase que totalmente, das oportunidades e dos benefícios da escolarização.

Destaca-se também o fato de já existir no País uma tomada de consciência a respeito da precariedade de nossas instituições escolares. Políticos e educadores pronunciam-se a respeito de uma completa revisão no sistema educacional brasileiro, com vistas não só à oferta de oportunidades escolares a

toda a população do País, mas também à melhoria de sua qualidade. Os educadores defendem a democratização do ensino, pois a encaram como um instrumento indispensável à realização humana e à construção de uma sociedade democrática. As classes médias a defendem como um instrumento capaz de abrir-lhes as portas à participação política. Os políticos liberais (entre eles os membros das Ligas Nacionalistas) defendem-na como um meio para a consecução da reforma eleitoral, cujo corolário seriam as eleições diretas.

A educação é, portanto, um problema comum a essas duas classes em oposição no País. Para as classes médias, ela representa uma abertura de espaço, uma oportunidade de participação no sistema. Para as frações modernizantes da classe no poder, a educação se configura como um eficiente instrumento de controle e persuasão social, pois ela delimita o espaço livre de ação individual. Nesse sentido, é preciso redirecionar o processo educativo, pois já não se mostram eficientes as instituições mantidas com tais objetivos em outras formações da sociedade civil (em Minas, esse papel era desempenhado pela Igreja, que atuou intensamente junto aos setores médios e às classes dominadas, tornando-se importante instrumento de desmobilização desses grupos, especialmente em Belo Horizonte), e que desempenharam esse papel no estágio anterior.

A EDUCAÇÃO TEM, PORTANTO, UMA FUNÇÃO ESTRATÉGICA NO PROGRAMA DE GOVERNO DE ANTÔNIO CARLOS.

Em primeiro lugar, sob a aparência de garantia, através da transferência da educação para o Estado, da extensão dos direitos de escolaridade aos grupos até então marginalizados da política do País, Antônio Carlos coloca nas mãos da classe no poder um poderoso instrumento de controle social. Em segundo lugar, ao atender a uma importante reivindicação dos grupos emergentes, ele capta a adesão dos setores médios e dos grupos modernizantes do País para seu programa de governo.

Do ponto de vista ideológico, o destaque conferido à educação no governo Antônio Carlos reflete um modo de conceituar as relações entre escola e sociedade, assim resumido: 1. a escola reflete o meio social a que pertence; 2. através de comportamentos aprendidos — coletivamente — a escola e os indivíduos reproduzem formas individuais de comportamento coletivo; 3. assim sendo, reformulações de caráter intencional no sistema escolar provocariam mudanças estruturais na própria sociedade; ou, em outras palavras, é possível, pela reformulação do ensino, formar indivíduos capazes de gerar uma nova ordem político-social, a sociedade democrática em que se desconhecem lutas e conflitos sociais. É a reconstrução social pela escola.

Antônio Carlos e Francisco Campos atribuem à escola amplas funções: cabe a ela integrar o indivíduo na sociedade a que pertence; cabe, ainda, através do aperfeiçoamento dos indivíduos cooperar no aperfeiçoamento da sociedade. Integrar o indivíduo ao meio social consiste em dotá-lo de uma certa uniformidade na maneira de sentir e de pensar, capaz, segundo Campos, de transformar o indivíduo em cidadão.⁵

A educação assume, assim, um caráter homogeneizador capaz de atuar como verdadeiro "cimento" na construção da ordem social. A educação cumpre, também, um importante papel no sentido de redistribuir os indivíduos na sociedade.

5 Francisco Campos distingue o indivíduo do cidadão. Cidadão, para ele, significa o indivíduo capaz de exercer sua liberdade, *no sentido da nacionalidade existente*: . . . "mesmo em uma democracia, seu papel consiste não tanto em produzir eleitores, como em formar homens, que sendo eleitores, possam ser cidadãos". CAMPOS, Francisco. Regulamento do Ensino Primário. p. 18.

3 PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A Educação no Brasil; anos 20.

4 Pesquisas recentes indicam (ao contrário do que afirmam autoridades como Boris Fausto) a realização de movimentos grevistas no Estado, neste período, especialmente em Juiz de Fora, centro industrial importante (*A Igreja e as classes populares em Minas Gerais na década de vinte*, Eliana Regina Freitas [Outra]). Indicam também a publicação de obras de cunho anarquista; Francisco F. Hardman refere-se a isso em seu livro *Nem Pátria nem Patrão* (p. 120) e Avelino Fóscolo (1864-1944), mineiro e filho de imigrantes, escreveu romances sociais de cunho anarquista. Além de livros publicados no próprio estado (alguns no interior), Avelino Fóscolo cooperou também nos jornais da imprensa operária mineira.

Essa função se relaciona com os princípios de uma sociedade aberta que os liberais proclamam. Trata-se do discurso de uma sociedade em que as classes sociais serão abertas, havendo amplas possibilidades de que um indivíduo de uma classe passe para outra, de acordo com as qualidades intrínsecas manifestadas através do processo educacional, suas motivações pessoais e as possibilidades do meio que o cerca. Também nesse sentido a escola promove a reconstrução social, uma vez que, a partir de uma base comum, que garanta a igualdade de oportunidades (neste caso, o ensino Primário), a escola aloca os indivíduos na força de trabalho e, portanto, na estrutura social, realizando uma obra de justiça.

Em função dessa postura liberal, Antônio Carlos e Francisco Campos atribuem um papel relevante ao controle e à promoção da educação pelo Estado, chegando mesmo a defender o monopólio estatal nessa área como condição de garantia de qualidade, elemento que consideram indispensável à sua democratização. E empreendem uma profunda reformulação no sistema educacional mineiro, atingindo o ensino Primário e o ensino Normal.

A opção por esse nível de ensino se justificou, do ponto de vista político-ideológico, pelo caráter estratégico que ambos conferem à escola primária enquanto instrumento de democratização social – ela abre no indivíduo as portas à cidadania, na medida em que lhes oferece condições para exercer o direito ao voto. A essa justificativa, de caráter político-ideológico, aliam-se, além dos fatores de ordem prática já citados (a luta pela escola, as exigências de mão-de-obra, etc.), os limites impostos pela legislação em vigor, que, orientando-se pelo princípio da descentralização, conferia aos Estados ampla autonomia em relação ao ensino Primário e técnico – onde se incluía o Normal – encarados como instrução destinada ao povo, e reservava, à União, o ensino Secundário e Superior, de formação das elites.

As preocupações em relação ao ensino Normal se devem ao fato de Campos considerar o trabalho do professor a base sobre a qual repousa a escola primária, o principal responsável por seu êxito ou fracasso. Quanto ao ensino Primário, em função de sua importância no sentido de promover a reconstrução social, a ênfase da reforma se coloca na reorganização interna do aparelho escolar, com vista a adequá-lo às novas condições e necessidades da sociedade brasileira.

Em síntese, o programa de reforma de Francisco Campos se baseia em duas premissas: a) a idéia do aperfeiçoamento individual como condição para o aperfeiçoamento social; b) a idéia de organização escolar como fator decisivo no aperfeiçoamento do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade. Seu objetivo é reabilitar a escola mineira, procurando eliminar o abismo que existe entre ela e a comunidade, e fazer dela uma eficiente colaboradora da família e da sociedade, na obra de civilização:

“A escola primária deverá se transformar, de uma escola destinada a transmitir noções, numa instituição que se caracterizará por uma forma de vida comum, cabendo-lhe preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e compreender sua participação na mesma”. (CAMPOS, p.18)

O sistema escolar proposto por Campos tem como principais características: a) a ação do Estado no sentido de assumir o controle e a execução do processo de integração das novas gerações; b) a visão da educação como sendo um problema relacionado às condições internas da escola.

Como paradigma para a organização do sistema escolar mineiro, Campos adota os princípios da Escola Nova. Em Dewey, Claparède, Decroly e Kilpatrick, ele busca os elementos fundamentais da nova organização, cujo ponto de partida consiste em tornar o processo escolar tão natural quanto o processo de desenvolvimento e maturação do ser humano. A adoção das idéias escolanovistas se deve, sem dúvida, ao prestígio de que elas gozavam, naquele momento, nos países europeus e nos Estados Unidos. Mas deve-se, especialmente, à sua “funcionalidade”, no sentido de explicar e tentar legitimar a

crise do sistema oligárquico, pois, ao reduzir a questão da participação política a um problema de escolaridade – e esta, a uma questão de qualidade, relacionada às condições internas de funcionamento da escola – tais idéias explicam de maneira satisfatória a crise social e oferecem saídas adequadas às expectativas das classes médias, sem colocar em risco a estrutura em que se apoiava o regime.

Nesse enfoque, dissimulam-se as verdadeiras causas de exclusão dos novos grupos da cidadania e as discriminações determinadas pela ordem social e econômica. Sua utilização é funcional ao Estado, pois ajuda a reduzir as tensões dos grupos emergentes, para os quais o acesso à participação política se torna apenas questão de tempo e se acha em vias de solução por parte do próprio governo. É funcional também na medida em que permite ao Estado manter a expansão da oferta dentro de limites suportáveis à manutenção das oligarquias no poder e, ainda, desenvolver um tipo de ensino apropriado aos seus interesses.

Dentro dessa visão extremamente conservadora – em que a expansão das oportunidades educacionais é condicionada por uma série de justificativas de natureza técnica (relativas à qualidade do ensino), que acabam por delimitá-la, do ponto de vista numérico, assegurando assim a manutenção do *status quo* – Antônio Carlos e Francisco Campos realizam sua reforma de ensino. Apesar dos limites de ordem político-ideológica, o discurso liberal, de caráter distributivo, proporciona a criação de 3.555 unidades de ensino primário e de 19 unidades de ensino Normal em Minas Gerais, no período.⁶ Em relação à matrícula, verifica-se um crescimento da ordem de 87% no mesmo período (de 230.878 alunos matriculados nas escolas primárias do Estado em 1926, passamos a ter 448.810 em 1930).⁷

O índice de correlação entre a taxa de crescimento das unidades escolares e a taxa de crescimento de matrícula – 0,9628571 – revela a existência de uma demanda reprimida que ocorreu à Escola. Isso significou, sem dúvida, uma abertura, na medida em que criou oportunidade de escolarização para setores da população até então excluídos do processo.

A PARTIR DE 1930, A POLÍTICA EDUCACIONAL MINEIRA SOFRE MUDANÇAS.

O discurso governamental enfatiza a manutenção das diretrizes adotadas pela administração anterior: “a reforma de ensino Primário e Normal levada a efeito no governo Antônio Carlos marcou, sem dúvida, novos e brilhantes rumos aos métodos e processos de educação até então seguidos pelo povo mineiro. No meu governo”, afirma Benedito Valadares, “a reforma Francisco Campos tem tido plena execução.” (MINAS GERAIS, 1935, p.30)

A Reforma Campos é apontada como sendo a grande reforma, cabendo ao novo governo apenas dar-lhe seqüência. “O nosso movimento pedagógico assumiu personalidade própria no governo do Dr. Antônio Carlos e, daí para cá não mais esmoreceu, antes lançou novas raízes na sociedade mineira”. (CASASANTA, 1833, p. 32).

O fato de dar seqüência à reforma Campos significa uma acentuação de interesse, por parte do governo, com relação aos aspectos qualitativos do ensino nela enfatizados: “o nosso ideal, que vamos atingindo em todos os recantos de Minas Gerais, é iluminar a escola com um novo espírito, espírito que empolga as crianças induzindo-as a amar e a bem querer a

6 Coleção Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1926-1930.

7 ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Mensagem Presidencial. 1930.

escola, porque ela corresponde às suas necessidades, porque enfim ela é vida que abrange todas as suas atividades.” (CASASANTA, 1983, p.32). Manter os professores a par dos princípios e métodos introduzidos pela Reforma Campos no sistema escolar mineiro é a grande preocupação do governo, cujos olhos se voltam agora para a questão da qualidade, da eficiência do ensino.

Com tal objetivo, são oferecidos cursos ao professorado mineiro e nossa liderança educacional participa intensamente dos encontros nacionais de educação. Na Revista do Ensino e no Minas Gerais proliferam os artigos a respeito dos princípios psicológicos a serem observados em sala de aula com vistas a um maior rendimento por parte dos alunos. Como o momento é de implementação da reforma, essas publicações giram em torno do dia a dia escolar, explorando temas como: disciplina, ensino da leitura, correção de dificuldades ortográficas, ambiente escolar, excursões, organização de classes, etc. São, em geral, relatos de experiências e de atividades desenvolvidas por especialistas e professores nas classes escolares.⁸

Observa-se uma nítida tendência à interpretação dos problemas educativos à luz da Psicologia. Testes são padronizados e aplicados com o objetivo de se obter classes homogêneas. Em 1932, os alunos das primeiras séries dos grupos escolares de Belo Horizonte são submetidos a testes e, segundo os resultados, organizados em turmas. Helena Antipoff, diretora do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, destaca a importância dessa medida para a melhoria dos ensino:

“A tentativa de agrupar as crianças em classes homogêneas, que acaba de ser realizada nos primeiros anos dos grupos escolares de Belo Horizonte, nada mais faz que obedecer a um princípio fecundo, encontrado na ordem do dia, nos estabelecimentos industriais. Esse princípio é o da organização racional do trabalho, posto em evidência por Taylor desde o fim do último século. Se no caso das indústrias se objetiva o rendimento material, em pedagogia se objetiva o rendimento mental. . . As classes homogêneas asseguram, aos alunos uma educação e instrução sob medida, reclamada pela pedagogia moderna, e evitam o ensino ‘em série’, estereotipado e mecânico, que não toma em consideração o fator educativo, tão importante, que é o respeito à personalidade da criança”. (ANTIPOFF, 1932, p. 52).

Além da homogeneização das classes, outras medidas são tomadas com vistas à eficiência do ensino. Dentre elas, destacam-se: a instalação de cantinas e a dinamização das caixas escolares. O destaque à qualidade e, no entanto, acompanhado por uma política restritiva que, na prática, joga por terra pontos fundamentais da Reforma Campos.

Em janeiro de 1931, a Secretária de Educação e Saúde expediu ato suspendendo o ensino em 335 escolas rurais, 12 escolas urbanas e 26 escolas noturnas. Justificam o ato a infrequência, a deficiência de matrícula e a falta de prédio escolar. Ainda em março desse mesmo ano, o decreto nº 9.892 “para mero efeitos econômicos” classifica as escolas primárias em 4 níveis, de acordo com os quais varia a remuneração do professorado. Por tal decreto, grande número de professores passa a ter seu ordenado reduzido e são abolidos os critérios estabelecidos pelo governo Antônio Carlos relativamente a proventos e benefícios na carreira do magistério, em que se levavam em conta, para fins de remuneração e gozo de benefícios, a qualificação, a natureza do trabalho e o tempo de serviço do professor. O mesmo decreto extingue, por razões de ordem econômica, um grupo escolar e um jardim de infância em Cataguazes, uma escola complementar de comércio em Sete Lagoas e todas as escolas rurais providas interinamente.

O próprio Secretário da Educação mostra como estava a situação do ensino logo após a Revolução, quando afirma, em seu discurso de posse, em abril de 1931:

8 O princípio da homogeneização das classes como critério para racionalização do sistema escolar é incorporado pela Constituição de 1934 – Art. 150, alínea e.



Arquivo Educação e Revista

“A reforma do ensino mal vencia, do ponto de vista de sua execução, o período de propaganda e adaptação ao meio em que fora elaborada quando, em consequência do movimento revolucionário, mais de mil escolas eram fechadas às populações rurais, estabelecimentos de ensino primário e normal estavam com seu funcionamento suspenso, centenas e centenas de estagiários tinham ficado fora do orçamento, as gratificações do professorado suspensas e os vencimentos reduzidos. . . os prédios escolares mal dispunham de verbas para sua manutenção.”⁹

Outras medidas mostram que a instrução pública em Minas, na prática, distancia-se da Reforma Campos. Pelo decreto nº 10.362/32, que regulamenta o ensino Primário no estado, cai por terra a idéia de um sistema único de educação, previsto por Campos. Oficializa-se um sistema dualista de ensino, em que a escola técnica é instituída para as classes populares. Para os retardados pedagógicos são propostas escolas especiais e não apenas classes que permitissem sua reintegração, como defendia Campos. Ainda por tal decreto, as exigências de qualificação do corpo docente e administrativo das escolas, julgadas fundamentais para a boa qualidade do ensino na reforma Campos, são relaxadas por serem consideradas inexequíveis, naquele momento. As escolas Normais de 2º grau passam a expedir diplomas de 1º grau, o que significava a desativação de um dos pontos-chave da reforma.

Pelo decreto nº 11.297, o governo transfere aos municípios os encargos com a manutenção do ensino. Os salários dos professores, outra preocupação da reforma Campos, de acordo com as disposições do § 2º do art. 2º desse decreto, “variarão de acordo com as propostas dos prefeitos, que atenderão às condições do meio, não podendo os mesmos vencimentos exceder dos que são pagos pelo Estado”.

Essas medidas são creditadas, pelo governo, à falta de recursos e apontadas como indispensáveis “para manter o aparelho de ensino, montado em época de fartura e, pois, de orçamentos folgados”.¹⁰ Segundo Benedito Valadares, na-

9 Decreto-Lei nº 10.362/32. “Exposição de Motivos”, in: Coleção Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1932, p. 517.

10 Minas Gerais, Interventor (1933-45) (Valadares) Mensagem Presidencial, 1937, p. 6

quele momento, "a ordem política e social impunham cuidados especiais que redundavam em despesas. Com a receita empobrecida em mais de um terço no pagamento de juros, a renda diminuída em virtude da estagnação econômica, da má arrecadação de impostos e de estar sendo desviada para o Instituto Mineiro do Café e para a cobertura do déficit da Rede Mineira de Viação, a situação do estado era realmente calamitosa". (LIMA, 1935, p.7)

Segundo o Secretário da Educação e Saúde, o setor educacional vivia momentos difíceis:

"De um lado havia uma notável reforma de ensino, apenas iniciada, para prosseguir e desenvolver-se em correspondência com as aspirações culturais de nossa gente, em face do progresso técnico do mundo. D'outro, um orçamento que em função das circunstâncias consignava por menos da metade a cifra que deveria mover sobre seus trilhos a máquina montada em dias mais favoráveis ao gênio constitutivo do povo mineiro". (CUNHA, 1932, p.27).

OS RESULTADOS DA POLÍTICA DE CONTENÇÃO NÃO TARDAM A SE FAZER SENTIR.

Em 1934, publicações decorrentes do convênio firmado entre a União e os estados, para uniformização das estatísticas educacionais e melhor conhecimento da situação real do ensino no País mostram que, em Minas Gerais, o número de unidades escolares de ensino Primário baixou de 5.173 escolas existentes em 1930 para 2.430 em 1932, sendo que, no mesmo período, o número de alunos matriculados reduziu significativamente: de 451.766 alunos matriculados no ensino Primário em 1930, passamos a ter, em 1932, 272.021 alunos.

As restrições afetam também o funcionamento das escolas. A imprensa mineira denuncia a má situação do ensino. "Está desabando o edifício do Grupo Escolar de Itapeçerica", diz a Folha de Minas em sua edição de 9/2/1935, afirmando ainda "haver chiqueiros mais limpos que o Grupo Escolar de Itapeçerica".¹¹ O "Debate", na primeira página da edição de 3/10/1934, destaca "A pobreza das Caixas Escolares", sugerindo "que se reserve alguma coisa dos banquetes políticos para socorrer a infância necessitada".¹²

O problema da remuneração dos professores volta e meia vem à tona. A Folha de Minas reclama contra os baixos salários e o atraso constante nos pagamentos; no artigo "Sacrificadas professoras" (ed. 4/8/1935) são comparados os salários pagos em Minas Gerais com os salários pagos no Espírito Santo. Os professores ganham lá 420\$000, 360\$000, 300\$000, 240\$000, conforme a categoria. Em Minas os vencimentos são de 330\$000, 263\$000, 200\$000, 150\$000 e 100\$000. E diz ainda o artigo que "em Minas é o que se sabe: Pouco e a más horas!"¹³

"Professoras públicas passam miséria: vencimentos em atraso, a luta desesperada contra a fome, uniformes remendados". Esse é o título da reportagem publicada pelo Estado de Minas em 28/7/1933. Nela se mostra a penosa situação a que ficou reduzido o professorado no interior, em virtude da transferência dos encargos relativos ao seu pagamento aos municípios. Diz o repórter: "Vimos entrar num grupo da cidade uma senhora de aspecto modesto, simples, numa atitude de retraimento. Os remendos da roupa não lhe quebravam a linha. Para surpresa nossa, tratava-se de professora do grupo

escolar. Lamentando o fato com uma pessoa ao lado, verificamos não se tratar de caso isolado: Ah, meu amigo, há muitas outras que passam aqui seus apertos. Uma então, temos cá no grupo, que sofre bastante. Ela é viúva e tem vários filhos. Um deles vai ao ginásio com o uniforme roto, o calçado furado. A senhora passa privações horríveis".¹⁴ Ressalta-se que a reportagem retrata a situação do professorado em Juiz de Fora, um dos mais ricos municípios mineiros.

Também a Escola de Aperfeiçoamento - instituição criada por Francisco Campos com o objetivo de preparar e aperfeiçoar, do ponto de vista técnico e científico, os candidatos ao magistério normal e à assistência técnica do ensino e da diretoria dos grupos escolares - sofre os efeitos da contenção. Segundo depoimento das professoras Alda Lodi, Lúcia Monteiro Casasanta e Ayres da Mata Machado Filho, durante o período pairam sobre ela ameaças de fechamento. Em 1935, sua matrícula é reduzida para 10 alunas, em virtude do corte nas bolsas de estudo concedidas às professoras do interior.

No campo das idéias, a ênfase do ideário escolanovista e as discussões que se travam no País envolvendo a questão "escola pública escola privada", quando da promulgação da constituição de 1934, reacendem em Minas as disputas entre o estado e a Igreja no campo da educação. Já em 1927 havia surgido entre nós esse problema, quando Francisco Campos atribuiu ao estado as responsabilidades no controle e na oferta da escola. A Igreja reage então às intenções monopolizadoras do estado no campo do ensino. Surge um conflito só abafado com a promulgação do decreto nº 1092, de 12/10/1928, permitindo a instrução religiosa no horário escolar, nos estabelecimentos de ensino oficiais.

O conflito agora é mais intenso. Alarmados com o apoio dado pelo governo federal às idéias dos "pioneiros" no sentido de se implantar no País um sistema público de educação obrigatório e gratuito, reagem os católicos. Temem eles a perda de um importante instrumento de controle da sociedade civil. Combatem então o avanço das idéias escolanovistas em nossa sociedade, advertindo os fiéis para os perigos de uma educação leiga, para os inconvenientes da co-educação. O naturalismo pedagógico é visto como uma séria ameaça às tradições católicas da família mineira. O jornal "O Horizonte", órgão da imprensa católica, em violentos editoriais cobra do estado o respeito aos direitos e deveres que julga pertencerem à família e à Igreja no campo da formação do indivíduo. Pe. Álvaro Negromonte, um dos líderes da campanha pela educação religiosa no estado, em enérgicos pronunciamentos reclama dos católicos uma posição mais agressiva face ao avanço do pragmatismo no País.

A luta travada em torno do direito à educação não se restringiu à imprensa e ao púlpito. Mário Casasanta, ex-Inspetor da Instrução e Diretor da Imprensa Oficial, além de ser advertido pelo "O Horizonte", em seu editorial de 30/4/1932, por se incluir entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, segundo seu irmão, Manuel Casasanta, é ameaçado de excomunhão pela Cúria Metropolitana.

Reconhecendo o grande poder de atuação da Igreja junto à sociedade mineira, o governo procura atenuar o conflito. "O que tem distanciado a Igreja das novas correntes pedagógicas, ou tem concorrido para isso, são os fins e não os métodos", diz o Inspetor Geral de Instrução. E, fazendo suas as palavras de Pio XI, afirma que "a necessária cautela do mestre no desempenho de suas funções não impede, de modo nenhum, que acolha e aproveite quanto de verdadeiramente bom produzem os nossos tempos, na disciplina e nos métodos". (CASASANTA, 1983, p. 30)

Em 1933, a Secretaria de Educação e Saúde promove o 1º Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas. O curso destina-se a preparar candidatas à regência das cadeiras de Metodologia e Psicologia nas escolas Normais equiparadas, pertencentes às Congregações Religiosas. É realizado na Escola de

11 Está desabando o Grupo Escolar de Itapeçerica. *Folha de Minas*, 9/2/1935, p. 4.

12 A pobreza das Caixas Escolares. *O Debate*, 3/10/1934, p. 1.

13 Sacrificadas Professoras. *Folha de Minas*, 4/8/1935, p. 4.

14 Professoras públicas passando miséria. *Estado de Minas*, 28/7/1933, p. 2.

Aperfeiçoamento e tem a duração de 6 meses. Segundo o Ins-
petor Geral da Instrução, a realização desse curso "mostra a
evidência de que o Estado e a Igreja se harmonizam no campo
da educação popular, onde certos espíritos só distinguem di-
vergência e separação". (CASASANTA, 1983, p. 30). Final-
mente, a Constituição do Estado de 1934, no seu artigo 90,
assegura um espaço para a religião nos currículos escolares,
tornando obrigatória a sua oferta nos estabelecimentos de en-
sino público e facultativa a frequência por parte dos alunos.

Ainda no campo das idéias a ênfase na qualidade do en-
sino como uma condição interna da escola, como um problema
de organização, segundo parâmetros científicos, portanto, de
natureza técnica, vai aos poucos restringindo as discussões e
soluções dos problemas educacionais aos órgãos especializa-
dos no assunto.¹⁵ Pouco a pouco, os problemas de ensino
passam a ser tema apenas de revistas especializadas e de ór-
gãos técnicos. A imprensa, até então envolvida nas discussões
em torno do tema, passa a noticiar eventos - torneios, festas
de formatura, inaugurações, exposições, conferências. Apenas
esporadicamente os jornais trazem à baila temas substantivos
ou denunciam situações calamitosas. Já não há nenhum empen-
ho, por parte dos jornais, em manter uma linha e uma se-
quência de debates em torno do ensino. Apenas o Diário con-
tinua, mas com bem menos intensidade, a defender a causa do
ensino religioso.

Apesar das restrições, o governo não ignora o impor-
tante papel da escola no campo da inculcação ideológica.
Dessa forma, não abre mão dos mecanismos de controle sobre
ela. Com vistas a deter o avanço das idéias comunistas na so-
ciedade mineira, toma medidas para promover o "saneamento
cívico" dos meios escolares mineiros. Pelo decreto nº 1007, de
22/10/1937, institui "comissão para formular sugestões no
sentido de maior eficiência do ensino cívico e do combate ao
comunismo nas escolas de Minas Gerais".¹⁶ Pelo decreto nº
1008, da mesma data, nomeia "comissão para orientar a pro-
paganda anti-comunista, por meio de jornais, revistas e rádio-
difusão e fazer a censura a todas as obras de caráter didático,
técnico, político-social ou simplesmente literário, que tenham
por finalidade, direta ou indireta, propagar idéias comunis-
tas".¹⁷

COM O GOLPE DE 1937 E A INSTALAÇÃO DO ESTADO NOVO, A TENDÊNCIA LIBERAL QUE CARACTERIZOU A 2ª REPÚBLICA É SUBSTITUÍDA PELO AUTORITARISMO.

No Estado, como em todo o País, cessam os debates em
torno da educação. A Igreja, ao ver no novo regime um meio
de deter o avanço do comunismo, coloca praticamente um
ponto final nas discussões em torno da escola. Também o go-
verno já não se preocupa com a divulgação do ideário escola-
novista, embora essas idéias continuem a orientar o trata-
mento dos problemas pedagógicos e a formação dos profissio-
nais na área, acentuando-se, cada vez mais, a tendência evi-
denciada já no período anterior, no sentido de restringir o
tratamento dos problemas de ensino aos órgãos especializados.

O governo, na medida em que já não se preocupa com a
divulgação do ideário escolanovista, vai aos poucos limitando

15 Essa tendência se evidencia no plano nacional a partir de 1937, tendo
sido destacada por Vanilda Pereira Paiva - Educação popular e edu-
cação de adultos; introdução à história da educação brasileira. São
Paulo, Loyola, 1973.

16 Coleção de Leis e Decretos de 1937. *Estado de Minas Gerais*. Belo
Horizonte, Imprensa Oficial, p. 395.

17 _____, p. 396.

o espaço destinado à educação no jornal Minas Gerais. Este
passa também a divulgar, além dos atos administrativos e
normativos, notícias sobre formaturas, comemorações cívicas
nas escolas, torneios de educação. A Revista do Ensino vai
sendo aos poucos desativada, e suspende suas publicações em
1940.

Embora vendo os debates, e conseqüentemente as pre-
ocupações com a divulgação das idéias escolanovistas, o gover-
no mineiro não pode descartar completamente o problema da
educação. É preciso impor ao povo a imagem de um governo
empenhado na solução dos problemas sociais, fator importante
na legitimação do Estado Novo. Por outro lado, não passa
desapercebida ao governo a importância da escola enquanto
instrumento de controle e persuasão social.

O governo abandona a linguagem restritiva que marca
os pronunciamentos da fase anterior e procura destacar sua
atuação nesse setor. Os jornais mostram: "o sentido positivo
da educação em Minas Gerais"¹⁸; "como o governo Benedito
Valadares protege a saúde dos alunos dos nossos estabeleci-
mentos de ensino"¹⁹; "Em 1943 foram fornecidas aos esco-
lares 1.399.041 merendas".²⁰ "As comemorações do dia do
professor na Capital";²¹ "A empolgante solenidade de entre-
ga de diplomas aos alunos do Curso Primário".²²

No balanço de governo, encaminhado à imprensa em
1942, Valadares destaca suas preocupações em relação à in-
fância desvalida e à educação popular:

"Em 1933 havia no Estado 3.629 unidades escolares,
número que subiu para 5.403 em 1940. A matrícula nas di-
versas casas de ensino primário era, em 1933, de 396.769,
tendo atingido o número de 479.108 em 1940. A frequência
escolar, de 248.310 crianças, em 1933, passa a ser de 329.148
em 1940. O número de alunos que concluíram o ensino Pri-
mário em 1933 foi de 28.349, enquanto que em 1940 atingia
37.870. Em 1933 estavam a serviço do ensino Primário 9.888
profissionais do magistério, havendo este número subido para
12.908 em 1940".²³

Quanto às condições de funcionamento das escolas, diz
o relatório:

"As atividades extra-classe e as instituições educativas e
de assistência escolar são hoje parte integrante da organização
do ensino Primário. A quase totalidade dos grupos escolares
do Estado têm biblioteca, museu, periódico infantil, cantina e
caixa escolar como fatores de maior frequência da escola e de
melhor rendimento nos resultados da escolaridade".²⁴

É interessante observar que as estatísticas a respeito do
ensino divulgadas pelo governo e pela imprensa naquele pe-
ríodo omitem os dados relativos à administração anterior. Os
dados apresentados tomam por base de comparação 1925 ou
1933. Tal omissão não é casual. Apesar da propaganda em
contrário, a política de contenção se mantém. Assim, no perí-
odo que vai de 1930 a 1945, foram criadas no estado apenas
601 novas unidades de ensino Primário. Destas, 381 eram es-

18 O sentido positivo da educação em Minas. *Folha de Mi-
nas*, 27/02/1938, p. 4.

19 Como o governo Benedito Valadares protege a saúde dos alunos nos
nossos estabelecimentos de ensino. *Minas Gerais*, 27/2/38, p. 4.

20 Em 1943 foram fornecidas aos escolares 1.399.041 merendas. *Minas
Gerais*.

21 As comemorações do dia do professor na capital. *Minas Gerais*,
1/11/42, p. 11.

22 A empolgante solenidade de entrega de diplomas no Curso Primário.
Minas Gerais, 9/12/1944, p. 5

23 Balanço do Governo Benedito Valadares. In: *Minas Ge-
rais*, 21/4/1942, p. 20.

24 Balanço do Governo Benedito Valadares. In: *Minas Gerais*, 21 de
abr. 1942, p. 20

colas rurais, dispondo de apenas uma classe com 30 a 50 alunos, sendo sua contribuição à matrícula relativamente pequena.

Em relação ao ensino Normal, destinado à formação de docentes para o ensino Primário, verifica-se a transferência da maior parte desse encargo à iniciativa privada: pelo reconhecimento de 43 escolas pertencentes a essa rede de ensino e pela extinção das escolas Normais de Viçosa (dec. 10.678, de 30/01/1933), de Uberaba, de Itabira, de Campanha (dec. lei nº 63, de 15/01/1938) e de Montes Claros (dec. nº 8.245, de 18/02/38). Nesse período foram criadas em Minas Gerais apenas escolas Normais, sendo que uma delas (instalada em Diamantina) foi fechada em 1938.

Comparando-se os dados apresentados pelo governo em 1940 com os dados apurados em função do Convênio Estatístico em 1932 (CUNHA, 1932, p. 27), observa-se que de 5.173 escolas primárias em 1930, passamos a ter, em 1940, 5.403. Em relação à matrícula, para 451.766 alunos em 1930, as escolas abrigam em 1940 um total de 479.108 alunos.

Mas, se o governo já não se preocupa com a divulgação de um ideário pedagógico e se omite na criação de escolas, o mesmo não se dá no campo ideológico. Além do combate ao comunismo, a bandeira do nacionalismo, um dos esteios em que se apoia o Estado Novo, faz com que o governo se mantenha atento ao que acontece nas escolas.

É preciso fazer da escola um elemento de fortalecimento dos laços de união nacional. Além do cuidado em impedir que nelas se divulguem idéias e se desenvolvam práticas alienígenas, capazes de colocar em risco nossas tradições — e neste sentido se justificam a censura aos livros, o rígido controle sobre os programas, etc. —, desenvolve-se nas escolas um intenso programa de mobilização da juventude. Neste programa se incluem a Educação Cívica como disciplina nos currículos, a Educação Física obrigatória, as preleções, os auditórios comemorativos das datas cívicas, os torneios de educação física, o culto aos símbolos da pátria (em especial à Bandeira Nacional), o culto aos grandes homens, o estímulo às campanhas para a defesa de nossos princípios e soluções de nossos problemas.

Exemplo do que foi dito é o aviso publicado pela Chefia do Departamento de Educação da Secretaria da Educação e Saúde, por ocasião do aniversário de Getúlio Vargas:

... lembro aos senhores diretores e professores das escolas normais, primárias e especializadas, oficiais e particulares que, ocorrendo a dezenove deste a passagem da data de aniversário do Sr. Presidente Getúlio Vargas, seja este fato assinalado pelos escolares com o entusiasmo e o carinho que merece. As virtudes singulares que compõem a personalidade do Sr. Presidente da República fazem de s. excia. uma legítima encarnação do homem brasileiro, com a sua proverbial honradez, serenidade, equilíbrio, inteligência e devotamento ao serviço público. É, portanto, uma figura digna de ser conhecida dos escolares e da juventude brasileira. Recomendando, pois, de ordem do Sr. Secretário, que, durante o período letivo do dia dezenove de abril, principalmente nas aulas de História e de Educação Cívica, tenham os professores como motivo o estudo da personalidade do 1º magistrado da nação. . .”²⁵

Outro exemplo interessante é o destaque dado pela imprensa à campanha organizada pelos alunos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte, contra o Suplemento Juvenil, que “vinha fazendo uma insinuação malévola contra a moral social, os movimentos de reação social e o elogio à Rússia”. A campanha é considerada uma mobilização anti-bolchevista e merece, entre outros, o aplauso de Oscar Mendes, que na sua coluna em “O Diário” aplaude a iniciativa dos jovens alunos, num artigo intitulado “Muito bem, brasileiros!”²⁶

25 Secretaria da Educação e Saúde. Departamento de Educação. Aviso. Minas Gerais, 19/4/1940, p. 1.

26 MENDES, Oscar. Muito bem, brasileiros. *O Diário*, 21/3/1937, p. 4.

O PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE EXTRAPOLA OS MUROS DA ESCOLA.

O governo convoca os estudantes para as paradas militares comemorativas do Dia da Pátria e do aniversário do Estado Novo, etc. Promove torneios e grandes festividades em homenagem ao Dia da Criança, ao Dia da Juventude Estudantil. Emite mensagens alusivas ao dia do Professor e realiza cerimônias coletivas para a entrega de diplomas de conclusão do curso Primário. Tudo isso é divulgado, com fotos e palavras grandiloquentes: “Dia da Juventude, 16.000 jovens de nossos estabelecimentos de ensino desfilarão numa grande parada”,²⁷ “Hoje, a grande parada da juventude escolar”;²⁸ “Num empolgante espetáculo de civismo a juventude escolar homenageia seu presidente”;²⁹ “20.000 alunos recebem seus diplomas numa emocionante solenidade”.³⁰ As fotos mostram crianças empunhando bandeiras, flâmulas com o retrato do presidente, faixas alusivas aos feitos do governo, bandas de música, palanques oficiais, etc.

O governo estimula também as entidades para-escolares, que se organizam no âmbito da sociedade civil com o objetivo de auxiliar a Educação Moral e Cívica da juventude. O escotismo, por exemplo, recebe grande apoio do governo e da imprensa. O governador visita os acampamentos instalados em torno da capital, recebe seus líderes em palácio e os condecora.



Arquivo Educação e Revista

27 Dia da Juventude. *O Horizonte*, 3/9/1943, p. 1.

28 Hoje, a grande parada da juventude escolar. *Estado de Minas*, 7/9/1944, p. 1.

29 Num empolgante espetáculo de civismo a juventude. . . *Estado de Minas*, 14/7/1938, p. 1.

30 20.000 alunos recebem diplomas numa emocionante solenidade. *Minas Gerais*, 12/12/1943, p. 1.

Apesar de toda a propaganda no sentido de se criar a imagem de um estado educador, e de toda a censura que sobre ela exerce o DIP, já naquele momento surgem nos jornais denúncias sobre a situação precária do ensino. O "Diário" critica os salários pagos aos professores, terminando por desencadear, sob a liderança do Prof. Ayres da Matta Machado Filho, uma campanha pela melhoria de salários (1944). Ainda nesse jornal, Pe. Alvaro Negromonte chama a atenção para a necessidade de criar escolas para os menores abandonados. "Suspendamos as obras supérfluas em benefício das obras abandonadas... Em vez de balneários e de cassinos, escolas profissionais para os desgraçados meninos que o crime está atraindo".³¹

O repórter do jornal Liberdade assim descreve sua visita ao Grupo Escolar Tomaz Brandão, na Vila Santo André, em Belo Horizonte:

"Subimos a escada do grupo. Encontramos lá dentro centenas de crianças e algumas professoras. Estavam com ar de que não haviam almoçado. O grupo não tem água, nem livros, nem mobília e são pouquíssimas as professoras. Mulheres heróicas aquelas. Percebendo ordenados miseráveis, que mal dão para a passagem do ônibus... Todas trazem na lapela o escudo do PSD. Usam aquilo porque se não o usarem serão despedidas... Há no grupo cerca de 1000 alunos pobres, todos subalimentados. Ganham sopa todos os dias. Para garantir a sopa, mandam as crianças saírem pelas ruas catando pão velho. Espetáculo edificante!..."³²

Essa imagem de controle e pobreza permanece ainda naqueles que mais de perto sofreram os efeitos da política educacional do Estado Novo em Minas: alunos e professores. O poeta Afonso Santana assim se lembra do seu tempo de aluno no Grupo Escolar Fernando Lobo, "onde se entra burro e sai lobo" (SANT'ANA, 1978, p. 32):

"... e o retrato do ditador
com a tarja verde-amarela
despenca lá da parede
mergulha na redação.

.....
Filinto Müller é quem toma
a tabuada da classe
e deixa na história impressa
o sangue da palmatória..."

O Prof. Aires da Mata Machado Filho, num balanço do período, assim se refere à política educacional levada à frente por Benedito Valadares:

"Posso afirmar que o período mais negativo para a educação foi mesmo o período do Valadares. Além de outras coisas, Benedito Valadares suprimiu várias escolas normais - a de Montes Claros, Diamantina e outras. A explicação que se costuma dar é que as escolas católicas teriam começado a se queixar, através dos bispos, da concorrência que as escolas públicas, com o seu ensino gratuito, estavam fazendo às escolas particulares... É uma coisa que não se perdoa ao Valadares".³³

31 Educar os abandonados. In: Vida Católica. O Diário, 25/5/1941, p. 5.

32 Administrar é construir cassinos. Liberdade, 16/10/1945, p. 4.

33 MACHADO Filho, Aires da Mata. Entrevista à autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTIPOFF, Helena. Das classes homogêneas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, 52 : 53 - 54 - 55, jan., fev., mar. 1932.
- CAMPOS, Francisco. *Regulamento do Ensino Primário*. s.n.t. p. 18.
- . *Discurso de instalação do 1º Congresso de Instrução*. s.n.t. p. 18.
- CASASANTA, Mário. O curso de aperfeiçoamento para religiosos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, 32 : 90- 91, jul. 1933.
- CUNHA, Mário. O Ensino Primário em Minas Gerais. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, 2 : 27, maio 1932.
- LIMA, Noraldino. *Discurso de transmissão da pasta de educação e saúde pública*. Belo Horizonte, 1935. p. 7.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. A remuneração do professor. *O Diário*, 15 de abr. 1944. p. 4
- MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Benedito Valadares à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Anais...* Belo Horizonte, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1935, p. 30.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *A educação no Brasil*; anos 20. s.n.t.
- SANT'ANA, Afonso Romano. O burro, o menino e o Estado Novo. In: *Lições de Casa*; exercícios de imaginação. São Paulo, Cultura, 1978. p. 32.



Arquivo Educação e Revista